

HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	5
Balço patrimonial	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

JUNTOS
SOMOS
ÚNICOS.

Relatório da Administração HS Administradora de Consórcios LTDA.

Introdução

A HS Administradora de Consórcios Ltda., constituída em 18 de outubro de 1993, é uma empresa com mais de 30 anos de atuação no segmento de administração de consórcios. Integrante do Grupo Herval, que possui mais de 60 anos de experiência no mercado, a HS destaca-se pelo compromisso com seus clientes e pela contribuição ao desenvolvimento econômico e social.

O Grupo Herval opera em diversas áreas, incluindo indústrias de móveis e colchões, corretagem de seguros, construção civil, consórcios e uma financeira, consolidando sua presença nos setores de indústria, comércio e serviços.

Desempenho no Exercício de 2024

O ano de 2024 foi marcado por importantes conquistas e resultados expressivos para a HS Administradora de Consórcios Ltda. No segundo semestre, a empresa alcançou 100% das metas estabelecidas em vendas, o que permitiu a contemplação de R\$ 1,3 bilhão em cartas de crédito para os clientes. Esse desempenho reflete a eficiência operacional e a confiança do mercado nos serviços prestados pela Administradora.

Crescimento e Impacto

Em comparação com o mesmo período de 2023, a empresa registrou um crescimento significativo, reafirmando sua posição de destaque no setor. Desde sua fundação, a HS Administradora de Consórcios Ltda. já entregou mais de R\$ 9 bilhões em cartas de crédito contempladas, um marco que demonstra sua relevância e credibilidade junto aos consorciados.

Estratégia e Foco no Cliente

A estratégia da empresa está alicerçada na excelência no atendimento e na oferta de soluções financeiras adaptadas às necessidades dos clientes. A HS busca constantemente a inovação em seus processos, assegurando agilidade e segurança nas transações.

Grupo Herval: Sinergia e Fortalecimento

Como parte do Grupo Herval, a HS Administradora de Consórcios beneficia-se de sinergias com outras áreas de atuação do grupo, como a indústria e o comércio. Essa integração permite maior robustez financeira e operacional, consolidando a posição de liderança em seus segmentos de atuação.

Perspectivas para o Futuro

Para os próximos anos, a HS Administradora de Consórcios continuará focada em seu crescimento sustentável, ampliando sua base de clientes e promovendo soluções inovadoras que atendam às demandas de um mercado em constante evolução. Acreditamos que a combinação de experiência, inovação e compromisso com os clientes será o diferencial para consolidar ainda mais nossa posição no setor.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, parceiros e acionistas pela confiança e dedicação, que foram fundamentais para o sucesso alcançado em 2024. Continuaremos trabalhando com excelência e compromisso para superar novos desafios e atingir resultados ainda mais expressivos.

Conclusão

A HS Administradora de Consórcios reafirma seu compromisso com a transparência, a ética e a busca incessante por resultados que gerem valor para todos os seus *stakeholders*. Os resultados obtidos neste exercício demonstram a força e a resiliência de nossa organização, que se mantém como referência no mercado de administração de consórcios.

Atenciosamente.

Dois Irmãos, 4 de abril de 2025.

A Administração.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

**Shape the future
with confidence**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e Quotistas da
HS Administradora de Consórcios Ltda.
Dois Irmãos – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HS Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, a demonstração consolidada dos recursos de consórcios levantada em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2024 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe



Shape the future
with confidence

incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC-034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'HFM', written over a faint, light-colored grid or watermark.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC-1SP291892

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante		341.302	309.832
Disponibilidades	5	6	3
Títulos e valores mobiliários	5	260.508	256.950
Outros créditos		80.788	52.879
Rendas a receber		2.035	569
Taxa de administração a receber		2.652	2.117
Diversos	8	76.101	50.193
Realizável a longo prazo		530.947	339.398
Títulos e valores mobiliários	7	370	336
Outros créditos		530.577	339.062
Diversos	8	530.577	339.062
Permanente		3.505	2.150
Investimentos		2	2
Imobilizado	9	1.396	1.311
Imobilizado de uso		3.380	2.969
Depreciação acumulada		(1.984)	(1.658)
Intangível	9	2.107	837
Intangível		2.872	1.250
Amortização acumulada		(765)	(413)
Total do ativo não circulante		534.452	341.548
Total do ativo		875.754	651.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante		70.228	47.031
Outras obrigações		70.228	47.031
Sociais e estatutárias		344	344
Fiscais e previdenciárias	10	15.730	7.969
Recursos não procurados	11	370	336
Receita antecipada	12	21.487	12.335
Comissões a pagar	13	27.245	21.957
Outras Obrigações	14	5.052	4.090
Exigível a longo prazo		312.357	178.795
Outras obrigações		312.357	178.795
Receita antecipada	12	140.307	84.314
Provisão para contingências	15	1.936	1.439
Impostos diferidos	23.2	170.114	93.042
Patrimônio líquido	16	493.168	425.554
Capital social	16.1	30.000	30.000
Reservas de lucros	16.2	457.168	389.554
Reservas legais	16.3	6.000	6.000
Total do passivo e patrimônio líquido		875.754	651.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUNTOS
SOMOS
ÚNICOS.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

		2024	2024	2023
		2º semestre		
	Notas			
Receitas da intermediação financeira		12.623	26.372	26.003
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		12.623	26.372	26.003
Outras receitas (despesas) operacionais		115.877	237.448	213.178
Receitas de prestação de serviços	17	293.376	549.517	410.914
Despesas de pessoal	18	(19.639)	(37.453)	(33.681)
Outras despesas administrativas	19	(87.683)	(167.013)	(113.879)
Despesas tributárias	20	(70.573)	(109.835)	(53.357)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	21	396	2.232	3.181
Resultado operacional		128.500	263.820	239.181
Resultado antes dos impostos		128.500	263.820	239.181
Imposto de renda e contribuição social	23	(43.112)	(89.204)	(81.194)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(28.962)	(51.616)	(31.820)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(14.150)	(37.588)	(49.374)
Lucro líquido		85.388	174.616	157.987
Quantidade de quotas do capital	16.1	30.000	30.000	30.000
Lucro líquido por quota R\$		2,8463	5,8205	5,2662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	2024	2024	2023
	2º semestre		
Lucro líquido do exercício	85.388	174.616	157.987
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		-	-
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-
Total resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	85.388	174.616	157.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUNTOS
SOMOS
ÚNICOS.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		30.000	231.567	6.000	-	267.567
Lucro líquido do exercício		-	-	-	157.987	157.987
Destinação para reserva de lucros		-	157.987	-	(157.987)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		30.000	389.554	6.000	-	425.554
Mutações do período		-	157.987	-	-	157.987
Saldos em 31 de dezembro de 2023		30.000	389.554	6.000	-	425.554
Lucro líquido do exercício		-	-	-	174.616	174.616
Destinação para reserva de lucros		-	174.616	-	(174.616)	-
Destinação do lucro		-	(107.000)	-	-	(107.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.000	457.170	6.000	-	493.170
Mutações do período		-	67.616	-	-	67.616
Saldos em 30 de junho de 2024		30.000	478.782	6.000	-	514.782
Lucro líquido do exercício		-	-	-	85.388	85.388
Destinação para reserva de lucros	16.2	-	85.388	-	(85.388)	-
Destinação do lucro		-	(107.000)	-	-	(107.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		30.000	457.170	6.000	-	493.170
Mutações do período		-	(21.612)	-	-	(21.612)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	2024 2º semestre	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	85.388	174.616	157.987
Ajustes ao lucro líquido			
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	368	497	680
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	89	872	783
Depreciação e amortização	402	755	502
Despesa de imposto de renda e contribuição social	43.112	89.204	81.194
Baixas de imobilizado	-	72	1
Resultado na venda de bens	(44)	(98)	(213)
Lucro líquido ajustado	129.315	265.918	240.934
Variações nos ativos e passivos	(8.308)	(330.995)	(175.271)
Títulos e valores mobiliários	67.416	(177.757)	(4)
Taxa de administração a receber	(111)	(1.407)	(1.454)
Outros créditos	(122.145)	(218.889)	(202.501)
Outras obrigações	3.612	6.284	8.360
Fiscais e previdenciárias	20.043	36.845	(2.662)
Receita antecipada	35.238	65.145	51.848
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.358)	(41.216)	(28.858)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	121.007	(65.078)	65.663
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.504)	(2.182)	(1.224)
Recebimento pela venda de imobilizado	44	98	213
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.460)	(2.084)	(1.011)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	(107.000)	(107.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(107.000)	(107.000)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	12.547	(174.162)	64.652
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	70.244	256.953	192.301
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	82.791	82.791	256.953
Variação de caixa e equivalentes de caixa	12.547	(174.162)	64.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31
de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante		1.647.687	1.281.495
Disponibilidades		3.363	2.397
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	1.644.324	1.279.098
Outros créditos		3.478.290	2.606.166
Direitos a consorciados contemplados	3.3.2	3.472.190	2.601.736
Bens retomados ou devolvidos		6.063	4.427
Cheques e outros valores a receber		37	3
Compensação		89.234.928	67.668.845
Previsão mensal de recursos a receber	3.3.3	156.512	119.356
Contribuições devidas ao grupo	3.3.4	45.154.367	34.243.708
Valor dos bens ou dos serviços a contemplar	3.3.5	43.924.049	33.305.781
Total do ativo e compensação		94.360.905	71.556.506
Passivo			
Circulante		5.125.977	3.887.661
Outras obrigações		5.125.977	3.887.661
Obrigações com consorciados	3.3.6	2.659.609	1.980.687
Valores a repassar	3.3.7	289.377	221.732
Obrigações por contemplações a entregar	3.3.8	1.525.942	1.201.340
Obrigações com a administradora		-	-
Recursos a devolver a consorciados	3.3.9	512.023	386.182
Recursos dos grupos	3.3.10	139.026	97.720
Compensação		89.234.928	67.668.845
Recursos mensais a receber de consorciados		156.512	119.356
Obrigações do grupo por contribuições		45.154.367	34.243.708
Bens ou serviços a contemplar		43.924.049	33.305.781
Total do passivo e compensação		94.360.905	71.556.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração consolidada de variações nas disponibilidades dos grupos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e semestre findo em 31
de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	2024 2º semestre	2024	2023
Disponibilidades no início do semestre/exercício	1.429.893	1.468.815	1.030.426
Depósitos bancários	110	597	1.340
Cheques em cobrança	3	32	-
Aplicações financeiras do grupo	77.485	83.904	59.755
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.352.295	1.384.282	969.331
(+) Recursos coletados	237.299	1.602.442	2.258.504
Contribuições para aquisição de bens	173.131	1.171.404	1.622.777
Taxa de administração	46.700	308.920	431.942
Contribuições ao fundo de reserva	1.829	12.322	17.099
Rendimentos de aplicações financeiras	9.749	68.210	118.116
Multas e juros moratórios	335	2.394	3.382
Prêmios de seguros	1.267	8.447	12.249
Custas judiciais	78	730	1.034
Reembolso de despesas de registro	2.038	13.407	19.655
Outros	2.172	16.608	32.250
(-) Recursos utilizados	(198.377)	(1.423.533)	(2.007.432)
Aquisição de bens	(144.403)	(1.071.330)	(1.509.116)
Taxa de administração	(47.031)	(308.803)	(435.471)
Multas e juros moratórios	(168)	(1.165)	(1.684)
Prêmios de seguros	(1.264)	(8.180)	(11.963)
Custas judiciais	-	-	-
Devolução a consorciados desligados	(995)	(6.662)	(9.769)
Despesas de registros de contrato	(2.038)	(13.241)	(19.646)
Outros	(2.478)	(14.152)	(19.783)
Disponibilidades no final do semestre/exercício	1.468.815	1.647.724	1.281.498
Depósitos bancários	597	3.363	2.397
Cheques em cobrança	32	37	3
Aplicações financeiras do grupo	83.904	118.382	77.760
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	1.384.282	1.525.942	1.201.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto se de outra forma for indicado)

1 Contexto operacional

A HS Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), controlada pela Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda., tem como objeto social a prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços; com sede na Rodovia BR 116 KM 224, Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul.

Cujas participações na data das demonstrações são as seguintes:

Controladores	País	Participação	
		2024	2023
Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda.	Brasil	99,20%	99,20%
Cotistas pessoas físicas	Brasil	0,80%	0,80%

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) aplicado às Administradoras de Consórcios e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio, que está sendo apresentada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2024 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 4 de abril de 2025.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Entre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Da Administração

3.2.1 Apuração dos resultados

A partir de 01 de janeiro de 2023 entrou em vigor a Resolução BCB nº 120/2021 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente), modificando a forma de reconhecimento da receita de taxa de administração de grupos de consórcios, bem como, as despesas vinculadas a cada cota do grupo, as quais, passaram a ser diferidas e apropriadas mensalmente pelo plano da cota.

O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime

de competência e refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

A administradora passou a diferir os movimentos de antecipação e lance que compõem a receita com taxa de administração de acordo com a obrigação de desempenho (plano da cota), pelo regime de competência “*pro rata temporis*”.

Conforme Instrução Normativa BCB 187/21, as despesas com comissão sobre venda das cotas de consórcio passaram a ser reconhecidas pelo regime de competência “*pro rata temporis*” considerando o plano da cota, sendo registradas no ativo como despesa antecipada e apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

3.2.2 Caixas e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e investimentos em títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata, indiferente do prazo final de vencimento contratado.

3.2.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação - Adquiridos com a intenção de serem de forma ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.

Títulos disponíveis para a venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

3.2.4 Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável.

3.2.5 Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.

3.2.6 Ativo e passivo circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos, até a data do balanço. Não existem valores prefixados que justifiquem o ajustamento a valor presente.

3.2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ano (R\$ 120 semestre) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido no período, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

3.2.8 Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

A diferença temporária surge quando a receita ou a despesa está incluída no lucro contábil em um período, mas vai ser incluída no lucro tributável em um período diferente.

O ativo e passivo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o saldo de ajuste de avaliação patrimonial.

3.2.9 Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios da Resolução nº 3.823/2009 descritos abaixo.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização, sobre as quais não existem mais recursos.

Passivos contingentes - são reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. Perdas de probabilidade remota, não requer divulgação em demonstrações financeiras.

3.2.10 Estimativas e julgamentos contábeis

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as melhores práticas contábeis, requer que a Administração faça estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações apresentadas nas demonstrações financeiras nas notas explicativas. Os resultados efetivos poderão apresentar variações em relação às estimativas. As estimativas contábeis críticas são essenciais para produzir a melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial, mesmo com a subjetividade, complexidade e não precisão, e têm impacto significativo em:

<u>Estimativa</u>	<u>Nota Explicativa</u>
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15

3.2.11 Reservas legais

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

3.3 Dos grupos de consórcios**3.3.1 Disponibilidades e aplicações financeiras**

Representam os recursos disponíveis relativos a valores vinculados a contemplações e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária segundo determinações das Circulares nºs 3.432 e 3.524 do Banco Central do Brasil. Esses recursos estão aplicados em Fundo de Investimento de Renda Fixa, e seus rendimentos líquidos são incorporados diariamente ao fundo comum e ao fundo de reserva de cada grupo, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

- 3.3.2 *Direitos dos consorciados contemplados***
Demonstram os valores a receber a título dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.
- 3.3.3 *Previsão mensal de recursos a receber de consorciados***
Refere-se à previsão de recebimentos de contribuições de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de Administração e do prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.
- 3.3.4 *Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições***
Demonstram as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.
- 3.3.5 *Valores e bens ou serviços a contemplar***
Representam o valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no valor dos bens nas datas dos balanços.
- 3.3.6 *Obrigações com consorciados***
Correspondem aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para aquisição de bens, os quais são atualizados com base no valor dos bens nas datas dos balanços.
- 3.3.7 *Valores a repassar***
Registram os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelo grupo relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.
- 3.3.8 *Obrigações por contemplações a entregar***
Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidas da respectiva remuneração.
- 3.3.9 *Recursos a devolver a consorciados***
Registram o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes ou excluídos, relativo às contribuições de fundo comum, devidamente atualizado, deduzido de multas, quando aplicável.
- 3.3.10 *Recursos dos grupos***
Correspondem aos recursos dos grupos de consórcios a ser rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, formados pelo saldo de fundo de reserva ainda não utilizado, rendimentos de aplicações financeiras não vinculadas a contemplação, multa, juros e outros valores retidos.
- 3.3.11 *Demonstração das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos***
- 3.3.11.1 *Recursos coletados***
Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, do fundo de reserva e dos prêmios de seguro.
- 3.3.11.2 *Recursos utilizados***
Representam todos os pagamentos realizados pelos grupos, decorrentes dos diversos compromissos, inclusive a taxa de administração.

3.3.12 Novas normas e Mudança nas principais políticas contábeis

Apresentamos a seguir as mudanças que entraram em vigor em 2023 e seus impactos:

3.3.12.1 Instrução Normativa BCB nº 208/21

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro 2022, conforme determina a IN BCB nº 208/21, o registro dos referidos recursos passa a ingressar a rubrica do subgrupo compensação. Esta mesma IN foi aditada pelas IN BCB nº 275/22 e nº 276/22 com efeitos a partir de 1º de julho de 2022.

3.3.12.2 Resoluções BCB nº 219/2022 e nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23 de novembro de 2023 estabelece os conceitos e critérios contábeis que devem ser observados pelas administradoras de consórcios e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil aplicáveis a instrumentos financeiros, definindo critérios para a classificação, mensuração, reconhecimentos, baixa de instrumentos financeiros, e constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A Empresa está se adequando às exigências da Resolução BCB nº 219/2022 e da Instrução Normativa BCB nº 352/2023, que entram em vigor em 2025. As mudanças incluem o desenvolvimento e testes de metodologia para cálculo de perdas esperadas nos grupos de consórcio, além de ajustes nos sistemas como a inclusão de um novo módulo sistêmico que suporte as necessidades para atendimento à norma, revisão de controles internos e processos operacionais, treinamento interno para as equipes cuja unidade de negócio será impactada.

Os principais impactos estão relacionados a ampliação dos instrumentos financeiros sujeitos a provisão para perdas esperadas, efeito na contabilização das cotas contempladas e não quitadas, assim como ajustes na baixa de ativos por perda de crédito. Anteriormente à Resolução BCB 352 o provisionamento estava focado em cotas inadimplentes, com a nova norma todas as cotas, inclusive as adimplentes com risco potencial, serão avaliadas pelo modelo de perdas esperadas, portanto, serão provisionados valores mesmo para cotas ainda não vencidas, caso aumente o risco de inadimplência. As cotas contempladas que ainda não foram quitadas irão receber uma análise mais criteriosa para provisão, pois mesmo que um consorciado tenha sido contemplado, se houver sinais de risco de crédito, a administradora irá provisionar uma perda esperada maior. A baixa contábil de cotas inadimplentes será diretamente vinculada às novas regras de provisionamento, considerando as garantias associadas a cada operação.

4 Resumo das operações de consórcios

No que se refere aos grupos de consórcios, prestamos as seguintes informações, em unidades:

	2024	2023
Grupos administrados	267	254
Consoiciados ativos	305.216	259.651
Desistentes e excluídos	287.477	218.142
Inadimplentes	21.700	19.027
Bens entregues a consoiciados	248.225	42.055
Bens pendentes de entrega	66.419	11.968
Percentual de inadimplência	7,65%	7,91%

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Disponibilidades	6	3
Títulos e valores mobiliários	82.785	256.950
Total	82.791	256.953

6 Aplicações interfinanceiras de liquidez - Grupos de consórcios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os grupos de consórcios possuem somente aplicações em títulos classificados como para negociação, os quais são registrados pelos seus valores de aplicações, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, estão representados por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.432/2009 e não diferem de valores de mercado, apresentados como segue:

Grupos de consórcios	2024	2023
Fundos de investimento ⁽ⁱ⁾		
	Sem vencimento	
	1.644.324	1.279.098
Total	1.644.324	1.279.098

(i) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

7 Títulos e valores mobiliários - mantidos para negociação

					2024	2023	
	Sem vencimento	A vencer entre 1 e 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Valores de mercado/contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/contábil (i)	Marcação a mercado
Administradora							
Fundos de investimento ⁽ⁱⁱ⁾	1.859	-	-	1.859	1.859	1.708	1.708
Letras de câmbio (ii)	-	-	69.121	69.121	69.121	37.664	37.664
CDB pós-fixado (iii)	-	25.495	80.868	106.363	106.363	170.633	170.633
CDB automático (iii)	-	-	750	750	750	671	671
CDB fundo diário	82.785	-	-	82.785	82.785	46.610	46.610
Total	84.644	25.495	150.739	260.878	260.878	257.286	257.286

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
- (ii) As aplicações em letras de câmbio são valorizadas pelo rendimento mensal do papel aplicado, e as quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço, indexados ao CDI.
- (iii) CDB Pós-Fixado é um título de renda fixa cuja rentabilidade está atrelada a um índice econômico, como o CDI, e é ajustada periodicamente de acordo com a variação desse índice. O CDB Automático é um tipo de CDB que reinveste automaticamente o saldo disponível no investimento.

8 Outros créditos diversos e provisão com outros créditos - Administradora

	2024	2023
Direitos por adiantamento a corretores ⁽ⁱ⁾	13.118	11.490
Impostos a recuperar	4.049	3.973
Devedores e créditos diversos	625	535
Adiantamento grupos encerrados ⁽ⁱⁱ⁾	1.000	1.281
Outros	1.203	1.082
Direitos por adiantamento a terceiros	699	329
Direitos a corretores apropriar ⁽ⁱⁱⁱ⁾	585.984	370.565
Total	606.678	389.255
Circulante	76.101	50.193
Realizável a longo prazo	530.577	339.062

- (i) Direitos por adiantamento a corretores: é constituído por valores de adiantamento aos corretores da operação de consórcios;
- (ii) Refere-se a empréstimos realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora para composição de saldos quando do encerramento do Grupo e da liquidação das obrigações deste.
- (iii) São direitos de corretores parceiros referente comissões pagas a serem apropriadas no período de competência do contrato do cotista vinculado.

9 Imobilizado e intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Software	Software em andamento	Total
Saldo em 31/12/2023						
Custo	440	938	1.591	1.511	(261)	4.219
Depreciação/amortização	(268)	(549)	(841)	(413)	-	(2.071)
Saldo contábil líquido	172	389	750	1.098	(261)	2.148
Em 2023						
Saldo inicial	172	389	750	1.098	(261)	2.148
Aquisições	18	321	219	530	1.092	2.180
Baixas	-	-	(72)	-	-	(72)
Depreciação/amortização	(35)	(172)	(194)	(352)	-	(753)
Transferências	-	-	-	261	(261)	-
Saldo contábil líquido	155	538	703	1.537	570	3.503
Saldo em 31/12/2024						
Custo	458	1.259	1.663	1.780	1.092	6.252
Depreciação/amortização	(303)	(721)	(960)	(765)	-	(2.749)
Saldo contábil líquido	155	538	703	1.015	1.092	3.503

A Empresa deprecia o ativo imobilizado e intangível pelo método linear, utilizando as taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens, conforme demonstrado a seguir:

	Taxa
Veículos	20%
Móveis, utensílios e ferramentas	10%
Equipamentos de Informática	20%
Software	20%

10 Fiscais e previdenciárias

	2024	2023
IRPJ e CSLL	8.984	2.708
Impostos, contribuições e provisões sobre salário	3.299	2.827
Pis e Cofins	1.952	1.363
ISSQN	1.159	876
Outros tributos	336	195
Total	15.730	7.969

11 Recursos não procurados

Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados, cujos consorciados não foram localizados ou não solicitaram o resgate até a data dos balanços, o montante de R\$370 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 336 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a grupos encerrados anterior a Lei nº 11.795/2008. A Instituição não incide taxa de cobrança sobre os saldos apresentados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

12 Rendas a Receber - Administradora

	2024	2023
Renda a Receber	161.794	96.649
Total	161.794	96.649
Circulante	21.487	12.335
Exigível a longo prazo	140.307	84.314

13 Comissões a Pagar

Refere-se ao saldo de comissões a pagar a corretores de consórcio, proveniente das vendas efetivadas, no montante de R\$ 27.245 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 21.957 em 31 de dezembro de 2023).

14 Outras obrigações diversas – Administradora

	2024	2023
Fornecedores e credores diversos	2.618	2.062
Outras obrigações diversas	1.799	1.449
Provisão para pagamentos a efetuar	635	579
Total	5.052	4.090

15 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

15.1 Administradora

A Administradora, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, a Administradora constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações conforme demonstrado abaixo. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 10.877 em 31 de dezembro de 2024 (8.736 em 31 de dezembro de 2023).

Natureza	Prováveis	
	2024	2023
Cíveis	1.229	755
Trabalhista	707	684
Total	1.936	1.439

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/2023	684	755	1.439
Adições/Atualizações	-	474	474
Reversões/Pagamentos	23	-	23
Saldo em 31/12/2024	707	1.229	1.936

15.2 Grupos de consórcios

Nas ações judiciais envolvendo consorciados, referentes a processos de cobrança, reembolso de valores, ações revisionais, indenizações, entre outras, a Administradora é parte como representante dos grupos de consórcios por ela administrados, e eventuais desembolsos financeiros adicionais decorrentes desses processos são cobertos pelos recursos desses grupos de consórcios.

Com base em informações dos assessores jurídicos, os processos judiciais com probabilidade de perda possível envolvendo os cotistas dos grupos de consórcios, em 31 de dezembro de 2024, são no valor de R\$ 10.533 (R\$ 8.486 em 31 de dezembro de 2023).

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital da sociedade é R\$ 30.000 composto de 30.000.000 quotas, pertencentes inteiramente a quotistas domiciliados no País, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizado.

16.2 Reservas de lucros

Representa montantes transferidos da conta lucros acumulados, para futura incorporação ao capital social, distribuição de lucros, compensação de prejuízos ou outras destinações, a critério da Administração da Administradora.

O lucro líquido, na proporção da participação de cada sócio, terá a destinação que os sócios lhe derem em deliberação tomada em reunião, pela maioria do capital social. Até a elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 os sócios não propuseram distribuição de lucros do exercício e de rendimentos acumulados.

16.3 Reservas Legais

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17 Receita de prestação de serviços

	2024 2º semestre	2024	2023
Rendas taxas de administração de consórcios	256.141	549.517	410.914
Total	256.141	549.517	410.914

18 Despesas de pessoal

	2024 2º semestre	2024	2023
Proventos	9.571	19.996	18.219
Benefícios	5.102	10.920	9.350
Encargos	3.122	6.510	5.977
Comissões a colaboradores	16	25	133
Outras despesas de pessoal	3	2	2
Total	17.814	37.453	33.681

19 Despesas administrativas

	2024 2º semestre	2024	2023
Despesas com comissão	62.012	129.311	82.534
Outras despesas	5.529	12.768	10.248
Despesas de propaganda	2.241	5.883	4.702
Serviço de terceiros	4.205	8.730	7.027
Despesas com feiras e eventos	1.822	3.004	2.978
Despesas de processamento de dados	1.115	2.211	1.906
Despesas com autenticações e cópias	611	1.271	1.221
Despesas de aluguel	791	1.620	1.519
Despesas de transportes	580	1.299	1.086
Depreciação e amortização	353	755	502
Despesas de comunicação	71	161	156
Total	79.330	167.013	113.879

20 Despesas tributárias

	2024 2º Semestre	2024	2023
COFINS	25.342	47.708	36.241
PIS	5.474	10.300	7.811
ISSQN	6.580	12.344	9.305
PIS Diferido	5.918	7.043	-
Cofins Diferido	27.259	32.440	-
Total	70.573	109.835	53.357

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2024	2024	2023
	2º Semestre		
Outras provisões	1.568	3.817	2.759
Multas e juros recebidos	1.371	2.530	1.809
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.903)	(3.298)	(1.834)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(695)	(872)	(783)
Receitas (despesas) tributárias	55	55	1.230
Total	396	2.232	3.181

22 Transações com partes relacionadas – Administradora

	Ativo		Passivo		Resultado		
	2024	2023	2024	2023	2023	2024	2023
					2º sem		
Aplicações em letras de câmbio							
HS Financeira S.A.	69.121	37.664	-	-	3.836	6.708	2.630
Outros valores							
HS Financeira S.A.	2	2	2	3	-	-	-
Global Distr. de Bens e Consumo	42	2	1.117	1.014	-	-	-
HS Movere Transporte e Logística Ltda.	-	-	1	3	-	-	-
Herval Indústria de Móveis	-	-	50	19	-	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 61 (R\$ 61 em 31 de dezembro de 2023). A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

23 Imposto de renda e contribuição social

23.1 Demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício

Resultado antes dos impostos	263.820	239.181
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Base de cálculo	(89.699)	(81.322)
(Adições) exclusões permanentes		
Diferenças temporárias de provisões	-	(66.645)
Outras exclusões (adições)	(27)	66.564
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	522	209
IR e CS no resultado do exercício	(89.204)	(81.194)
Corrente	(51.616)	(31.820)
Diferido	(37.588)	(49.374)

23.2 Impostos diferidos

23.2.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o ativo fiscal diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada semestre/exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Demonstrado conforme abaixo:

Apuração	2024	2023
CPC 47 - Res.BCB 120	(387.359)	(276.033)
Outras provisões	1.214	939
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.936	1.439
Base de cálculo	(384.209)	(273.655)
Alíquota fiscal IRPJ	(96.052)	(68.413)
Alíquota fiscal CSLL	(34.579)	(24.629)
Saldo ativo (passivo) fiscal diferido	(130.631)	(93.042)

Base de cálculos IR e CS diferidos	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
CPC 47 - Res.BCB 120	(387.359)	(387.359)	(276.033)	(276.033)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.936	1.936	1.439	1.439
Outras provisões	1.214	1.214	939	939
Base de cálculo	(384.209)	(384.209)	(273.655)	(273.655)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Saldo ativo (passivo) fiscal diferido	(96.052)	(34.579)	(68.413)	(24.629)

23.2.2 Pis e Cofins diferidos

Em conformidade com a Resolução 120, a entidade realizou o diferimento dos tributos PIS e COFINS, postergando seu reconhecimento para períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2024, foram diferidos os seguintes valores, PIS R\$7.043 e COFINS R\$32.440.

Esse diferimento reduz temporariamente o passivo tributário corrente, impactando positivamente o fluxo de caixa, sem representar isenção fiscal. O registro segue as normas contábeis e fiscais vigentes, garantindo transparência e conformidade.

24 Limite de alavancagem - Administradora

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administradora se encontra de acordo com o limite de alavancagem estabelecido na Circular nº 3.524/11 do Banco Central do Brasil.

25 Limite de imobilização – Administradora

Nos termos da Circular nº3.524/11, o Ativo Permanente das administradoras de consórcios não pode ultrapassar 100% do PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, sendo que em 31 de dezembro de 2024 a Administradora apresenta um grau de imobilização de 0,69% (0,44% em 31 de dezembro de 2023).

26 Resolução BCB nº 362/2023

Em 14 de dezembro de 2023, o Banco Central do Brasil publicou a Resolução BCB nº 362, que altera a Resolução BCB nº 285/2023, prorrogando a data de entrada em vigor das novas regras para a constituição e funcionamento dos grupos de consórcio. Inicialmente prevista para 1º de janeiro de 2024, a vigência das novas normas foi postergada para 1º de julho de 2024.

Essa prorrogação oferece um prazo adicional para que as administradoras de consórcios e as empresas participantes se adequem às novas exigências regulatórias, o que pode impactar o planejamento e a execução das operações de consórcios. A administração da empresa está avaliando as implicações dessa alteração no cronograma de adaptação e implementará as medidas necessárias para garantir a conformidade com as novas regras dentro do novo prazo estabelecido.

JUNTOS
SOMOS
ÚNICOS.